Japão

Agricultura eficiente e a segurança alimentar

Gutemberg Barone A. Nojosa[1]
Fábio Alves Schmidt da Silva[2]

O JAPÃO detém o título de maior importador líquido de alimentos do mundo, destacando-se em particular na aquisição de alguns produtos, como a carne suína, cujo mercado foi recentemente aberto para Santa Catarina. Contudo, este título gera muitas ideias equivocadas sobre o perfil agrícola do país. Muitos acreditam que o Japão depende exclusivamente da importação para alimentar sua população, de cerca de 128 milhões de habitantes. Porém, isso não é verdade. No Japão, a agricultura desempenha importante papel social e reveste-se de grande simbolismo nacional. Para o governo japonês, dadas as condições naturais do país, com grande parte do território não agricultável, garantir a segurança alimentar do país é algo essencial, e, por conseguinte, o setor agrícola é tratado de forma estratégica.

Entre os países desenvolvidos, o Japão é o que tem a menor taxa de autossuficiência alimentar em base calórica, cerca de 39%. No entanto, o país é autossuficiente na produção de arroz, alimento-base da dieta japonesa. O Japão também produz cerca de 53% da carne suína que consome. Mais de 75% das aves consumidas no país são provenientes da produção nacional, e a indústria do leite é uma das mais organizadas e hegemônicas. O Japão também tem um sistema cooperativo robusto, além de um dos maiores bancos agrícolas do mundo, com cerca de US$ 955 bilhões em ativos e 45 milhões de clientes, incluindo membros, agricultores, fornecedores e consumidores finais.

É por isso que o setor agrícola é tão importante para o país. Em outras palavras, não se trata de apenas 1,2% do PIB, mas de uma questão estratégica: a garantia do alimento que é consumido por cada um nesse arquipélago. É isso que faz com que o Japão analise com lupa todos os seus passos no setor agrícola, tanto na política interna, como na externa.

Para enfrentar os novos desafios mundiais, como as mudanças climáticas, o aumento de consumo de alimentos e a necessidade de acordos regionais e bilaterais, o Japão começou a traçar seu novo projeto de ganho de eficiência não apenas no setor agrícola, mas em toda a cadeia do agronegócio, floresta e pesca: do campo à agroindústria, e desta ao comércio e distribuição de alimentos ao consumidor. O setor concentra-se em ganhar competitividade, buscando redução do desperdício de alimentos, eficiência no uso da terra, incentivando grandes empresas a investir na produção agrícola e, também, estimulando a exportação de produtos de alto valor agregado, como o bife *wagyu*, o saquê, entre outros.

O Japão tem uma das maiores e mais bem distribuídas malhas ferroviárias do mundo, e, ao contrário do Brasil, o transporte e a logística não são grandes problemas para a distribuição de alimentos e grãos. Diferentemente do Brasil, que perde cerca de 30% do alimento produzido no transporte, grande parte do desperdício do alimento japonês – também ao redor de 30% – ocorre na gôndola do supermercado, devido a regras que impõem um tempo muito reduzido de vida de prateleira. Recentemente, os produtos ganharam mais tempo nas gôndolas das lojas de conveniência e supermercados.

Apesar da produção agrícola significativa em itens como o arroz, o país não consegue alcançar a autossuficiência em determinados produtos, como carnes e óleos, largamente utilizados pelos consumidores. Na década de 60, era comum consumir cerca de 5 tigelas de arroz por dia. Nos dias atuais, porém, o consumo limita-se a cerca de 3 tigelas. Por outro lado, era comum consumir carne suína somente uma ou duas vezes ao mês; enquanto, na atualidade, a média já supera seis vezes por mês. Em vista dessa situação, o consumidor japonês é alvo de campanhas públicas sobre alimentação, cujo foco reside na promoção do "alimento saudável", baseada em produtos nos quais o país tenha maior índice de autossuficiência.

Outra ação do país para ganhar competitividade é o uso de campanhas de *marketing* para ajudar no aumento das exportações de alimentos considerados tipicamente japoneses e classificados como de alta qualidade. Para tanto, um dos passos mais importantes foi dado com o lançamento de campanhas para o reconhecimento da comida japonesa como um dos patrimônios mundiais da humanidade e o investimento na divulgação do estilo de comida japonesa no exterior.

Estas campanhas visam reverter a tendência de novos hábitos alimentares, fundados em itens importados, incentivando, em seu lugar, o consumo de vegetais, arroz e outros produtos locais. Enfim, a meta é estimular o consumo da produção alimentícia na qual há índice de autossuficiência alimentar maior do que em produtos tipicamente importados ou produzidos a partir de ingredientes importados, incentivando, assim, o consumo de "conteúdo local".

Ao se discutir o estímulo à eficiência no setor agrícola no Japão, não se pode deixar de discutir o uso da terra, a idade dos agricultores – que, em geral, têm uma média de sessenta e seis anos – e a jornada laboral de dedicação à atividade no campo. Mesmo com incentivos do governo japonês, é difícil convencer

as novas gerações do país a trabalhar no setor agrícola, ante a opção de melhor remuneração na zona urbana. Por isso, a população agrícola, além de encolher, está envelhecendo, com mais de 61% de seu total já com idade acima de sessenta e cinco anos. Esse não é um problema exclusivo do Japão; no Brasil, também há desinteresse dos jovens pelo trabalho no campo. A diferença reside no fato de que o Japão está buscando uma solução para estimular os jovens a se estabelecer na atividade agrícola, inclusive concedendo incentivos para jovens casais, entre outros tipos de incentivos financeiros para fixar o agricultor no campo.

Outra questão importante na eficiência do setor agrícola japonês é a dedicação parcial ou total à produção agropecuária. De acordo com o censo agrícola japonês de 2010, apenas 451 mil agricultores (27,65%) atuavam de forma integral no setor e os demais 1,18 milhão de agricultores (72,35%) eram considerados fazendeiros em tempo parcial, tendo outras atividades como fonte de renda. Assim, para ganhar eficiência no uso da terra, o setor agrícola japonês irá necessitar transformar estes agricultores parciais em empresários do agronegócio, mediante a consolidação de propriedades de maior extensão e mais eficientes. Além disso, é necessário tornar produtivas as terras consideradas devolutas, que somavam aproximadamente 396.000 hectares em 2010, sendo 2,6% a mais do que no censo anterior, de 2005.

Uma das soluções encontradas para a melhoria da eficiência da agricultura japonesa é incentivar grandes empresas de outros ramos, como o comércio varejista, a investir na produção agrícola e a fazer melhor uso das terras. A participação de grandes conglomerados poderia injetar no setor agrícola os investimentos e o modelo de gestão empresarial que poderiam trazer ao setor os ganhos de eficiência e competitividade desejados. Ao mesmo tempo, essas empresas – em especial, cadeias de restaurantes e lojas de conveniência – que têm sido afetadas pelo aumento de custos com a importação de ingredientes poderiam reduzir seus custos com a produção agrícola local. Porém, ainda assim, haveria a necessidade de importação de produtos agrícolas.

O Japão também almeja obter mais espaço para as exportações de um de seus principais produtos de exportação agrícola, a carne bovina *wagyu*. A promoção do produto poderá ganhar ímpeto com o recente reconhecimento da OIE, que conferiu ao Japão a condição de país com risco insignificante para encefalopatia espongiforme bovina (EEB, ou doença da vaca louca).

As ações para imprimir eficiência e competitividade no setor agrícola nipônico não se resumem ao mercado interno. O Japão também tem realizado uma série de iniciativas na busca de ajudar os exportadores e tem colocado todo o aparato do governo para identificar setores, produtos prioritários e disponibilizar os contatos de potenciais importadores. A partir deste tipo de iniciativa, instituições japonesas realizaram, por exemplo, análise detalhada do setor de alimentos no Brasil e elaboraram documento com contatos de todos os possíveis compradores de produtos japoneses, em especial restaurantes e cadeias de supermercados nas principais cidades e capitais brasileiras. As iniciativas de incentivo às exportações agrícolas estão focadas, principalmente, na Ásia, pela similaridade de cultura alimentar, mas também em países como o Brasil, pelo potencial de consumo dos alimentos produzidos no Japão.

Assim, o Japão precisa não apenas fazer coexistir a produção agrícola com a importação de alimentos, mas também precisa tornar eficientes todas as cadeias do setor agrícola, inclusive aquelas com potencial de exportação.

Com base no conceito de que a agricultura reveste-se de caráter estratégico, o setor está no meio das decisões de todos os caminhos que o Japão delineia para seu futuro em termos de abertura comercial. A demora do Japão em decidir entrar nas negociações da Parceria Transpacífica de comércio (TPP), acordo regional que envolve Estados Unidos (EUA) e mais dez países, também refletiu a necessidade de avaliar com clareza os impactos na agricultura local. Sem dúvida, a liberalização agrícola será a questão mais desafiadora da participação nas negociações da TPP. Há estimativas oficiais de que, caso se retirasse completamente a proteção tarifária dos trinta e três principais produtos agrícolas do país até 2020, a produção doméstica atual – US$ 70 bilhões – cairia drasticamente em cerca de US$ 31 bilhões, com elevado risco para a manutenção do já baixo índice de autossuficiência alimentar.

Buscando um novo modelo de agricultura, eficiente e competitivo, o Japão, na verdade, prepara-se para esse cenário futuro. Foi com esse espírito que o governo japonês anunciou a criação de uma força-tarefa para o fortalecimento do setor agrícola japonês. Este comitê será encabeçado pelo próprio primeiro-ministro Shinzō Abe e terá como missões a promoção dos produtos agrícolas nipônicos e a preservação dos cultivos do Japão, no contexto da adesão recente às negociações da TPP. Entre as preocupações do governo japonês, estão a estabilização da renda dos agricultores e o treinamento das futuras gerações.

No caso do Brasil, a agricultura representa cerca de 6,7% do PIB, mas, se começarmos a pensar como os japoneses, veremos que o agronegócio brasileiro não é só isso; representa mais: é a garantia de alimento para cerca de 190 milhões de brasileiros, milhares de empregos no campo e em outros setores e um superávit na balança comercial que equilibra as contas do Brasil. Por isso, assim como o Japão, devemos perseguir a eficiência de forma constante, com visão estratégica e sistêmica, e não apenas para solucionar questões pontuais. ■

Este artigo reflete a opinião dos autores, e não da instituição que represetam.

1 Engenheiro agrônomo, fiscal federal agropecuário e adido agrícola na Embaixada do Brasil em Tóquio (Japão), representando o MAPA
2 Diplomata na Embaixada do Brasil em Tóquio (Japão), representando o MRE